

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1009832-35.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Inadimplemento</b>
Requerente:	<b>Cooperativa Educacional de São Carlos</b>
Requerido:	<b>Simone Santos Casolli</b>

**COOPERATIVA EDUCACIONAL DE SÃO CARLOS** pediu a condenação de **SIMONE SANTOS CASOLLI** ao pagamento da importância de R\$ 17.090,81, haja vista a falta de pagamento pelos serviços educacionais prestados para seus filhos.

A ré foi citada com hora certa e não apresentou defesa.

A Dr.<sup>a</sup> Curadora Especial contestou o feito por negativa geral.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

As partes firmaram dois contratos de prestação de serviços educacionais (fls. 05/06). A autora alegou que a ré deixou de adimplir as prestações mensais, descumprindo, assim, as condições e cláusulas presentes nos negócios jurídicos.

Cabia à ré demonstrar que não houve inadimplemento, pois não há como imputar à autora a prova de fato negativo, de modo que, inexistindo prova do pagamento, o pedido deve ser acolhido.

Ademais, a contestação por negativa geral não infirma a cobrança.

Os honorários advocatícios são fixados na sentença, não aqueles previstos no instrumento. O exercício de cobrança extrajudicial não se compatibiliza com obrigação assumida pela contratante, nem se cumula.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar à autora a importância de R\$ 13.672,65, com correção monetária e juros moratórios subsequentes ao já contabilizados na planilha de fl. 02.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS


Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da autora fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de outubro de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**